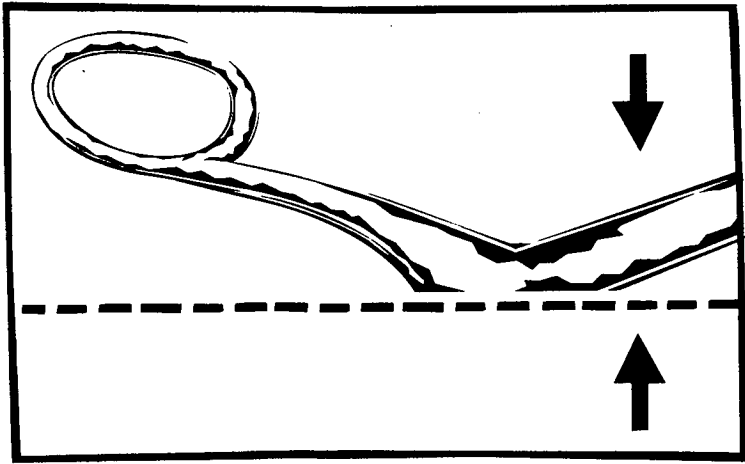


O pacote de 51 medidas



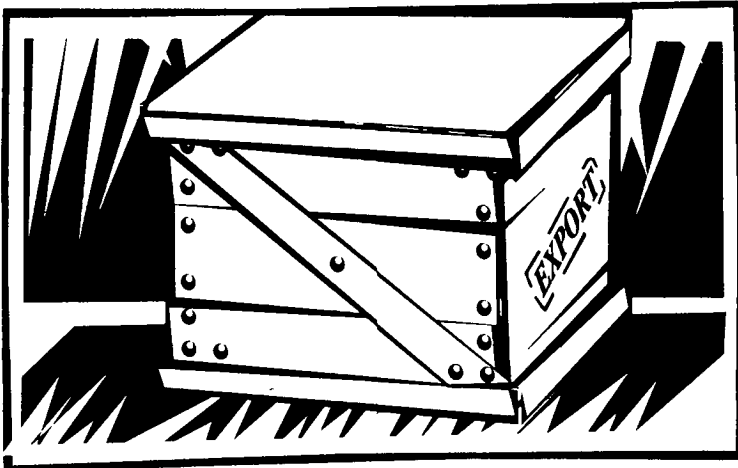
CORTES DA UNIÃO (R\$ 5,29 BILHÕES)

- 1. Redução em 15% dos gastos em atividades em 1998, à exceção das áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e Reforma Agrária**
 - Corte de R\$ 1,7 bilhão no custeio para 1998 (adendo ao projeto de lei do Orçamento de 98)
- 2. Corte de 6% no valor dos projetos em 1998**
 - Redução de R\$ 500 milhões em investimentos previstos para o ano que vem (adendo ao projeto de lei do Orçamento de 98)
- 3. Redução de gastos com suspensão de reajustes salariais em 98**
 - O Governo espera economizar R\$ 1,5 bilhão cortando gastos com a folha de pagamento e sem dar aumentos (adendo ao projeto de lei do Orçamento de 98)
- 4. Demissão não incentivada e seletiva de cerca de 33 mil servidores não estáveis da administração pública federal**
 - A partir de 1999, o Governo espera economizar R\$ 357 milhões por ano com a demissão de cerca de 33 mil funcionários que não têm estabilidade. Mas, para demiti-los, terá um gasto extra de R\$ 321 milhões em 1998 (decreto presidencial)
- 5. Extinção de 70 mil cargos efetivos civis vagos no Executivo**
 - O Governo vai acabar com esses cargos, vagos ao longo dos últimos meses, e estima que gastaria R\$ 1,1 bilhão se eles fossem preenchidos (Medida Provisória)
- 6. Redução da estrutura dos ministérios, objetivando a racionalização das atividades administrativas comuns e a redução de custos**
 - Para enxugar a máquina, o Governo estuda medidas como a fusão da área administrativa das delegacias dos ministérios nos estados (decreto presidencial)
- 7. Redução do número de DAS em 10% com prazo de 90 dias para os ministérios se ajustarem**
 - Extinção de 1.700 cargos em comissão, com economia prevista de R\$ 20 milhões por ano que vem (exposição de motivos)
- 8. Limitação ao provimento de novos cargos públicos civis no Poder Executivo Federal a 1/3 do total de aposentadorias concedidas e demais vacâncias, no exercício anterior**
 - Em caso de aposentadorias ou morte no serviço público federal, só será preenchido um terço das vagas abertas. O Governo estima que deixará de gastar R\$ 931 milhões por ano (decreto presidencial)
- 9. Extinção de incorporação de décimos sobre cargos e funções**
 - Atualmente, os funcionários têm direito a incorporar um décimo por ano da remuneração do cargo em comissão que ocupam. Isso vai acabar. O Governo prevê economia de R\$ 5,1 milhões já em 98 (Medida Provisória)
- 10. Vedação da concessão de adicional de serviço extraordinário para ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança**
 - Esses funcionários não poderão receber hora-extra. Medida atinge Legislativo e Judiciário, já que no Executivo a proibição já existe (Medida Provisória)
- 11. Revisão dos contratos de prestação de serviços**
 - Corte de 20% nos contratos de prestação de serviço, numa economia de R\$ 580 milhões ((decreto presidencial)
- 12. Destinar as disponibilidades líquidas de fundos, autarquias e fundações ao Fundo de Amortização da Dívida Pública.**
 - O superávit financeiro das entidades da administração indireta vai para o Tesouro Nacional para abater a dívida pública (Medida Provisória)
- 13. Suspensão do exame de novos projetos da Comissão de Financiamento da Exportação (Cofix) e reavaliação, pelos Ministérios da Fazenda e Planejamento, e do Banco Central, dos projetos já aprovados**
 - Os financiamentos em estudo estão suspensos (decreto presidencial)
- 14. Revisão dos critérios de concessão de bolsas de ensino e pesquisa**
 - Corte de 12,5% das dotações previstas para o ano que vem, com uma economia de R\$ 100 milhões (adendo ao orçamento)
- 15. Retirada da folha de pagamentos dos inativos não recadastrados**
 - A previsão é economizar R\$ 234 milhões com o corte de cerca de 32 mil dos 144 mil aposentados e pensionistas que não se recadastraram este ano. O prazo de recadastramento termina em dezembro (Executivo)
- 16. Revisão dos critérios de aposentadoria proporcional**
 - A ideia é estimular a permanência do trabalhador na ativa, economizando R\$ 100 milhões em 1998 (Medida Provisória)
- 17. Recadastramento dos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com realização de auditoria nos próximos três meses. Nesse período, ficarão suspensas as concessões de novos benefícios**
 - O Governo prevê uma economia de R\$ 210 milhões combatendo supostas irregularidades na concessão desses benefícios (Medida Provisória)
- 18. Manutenção da idade mínima de 70 anos para a concessão de benefícios da Loas**
 - Como esse teto iria cair para 67 anos em 1998 e para 65 anos em 1999, agora o Governo espera economizar R\$ 100 milhões (Medida Provisória)
- 19. Fixação de teto de R\$ 24 "per capita" para planos de saúde dos servidores, vedada a suplementação de dotação orçamentária**
 - O Governo só vai pagar o limite de R\$ 24 por funcionário (decreto presidencial)
- 20. Fortalecimento da perícia médica para concessão dos benefícios de auxílio-doença**
 - O Governo prevê uma economia de R\$ 250 milhões apostando em sua equipe própria de peritos (Efetivação de peritos)

ARRECADAÇÃO (R\$ 6,73 BILHÕES)

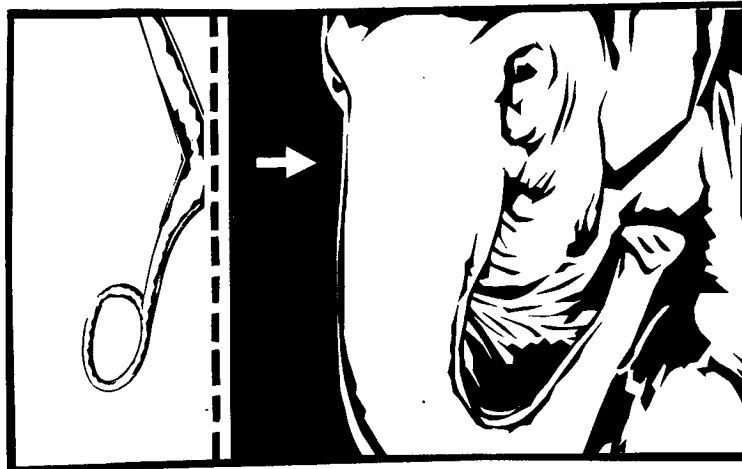
- 21. Imposto de renda para pessoa Física**
 - Em 98 e 99, o contribuinte terá que pagar um adicional de 10% sobre o imposto devido. Com isso, o Governo espera arrecadar R\$ 1 bilhão a mais em 1998. Além disso, haverá limitação global de 20% para deduções e benefícios do imposto devido. Neste caso, mais R\$ 200 milhões em 98 (Medida Provisória)
- 22. Alta temporária dos preços de derivados de petróleo e álcool**
 - O preço dos combustíveis vai subir 5%. Com isso, o Governo espera arrecadar R\$ 1,16 bilhão
- 23. Aumento da Taxa de Embarque, nas viagens ao exterior, de US\$ 18 para US\$ 90**
 - Os R\$ 500 milhões arrecadados vão para o Tesouro (Portaria do DAC)
- 24. Restrições à bagagem de US\$ 500 acompanhada de penalidades para o excesso**
 - Quando chegar ao Brasil, o contribuinte terá que preencher um formulário respondendo se trouxe na bagagem compras além dos US\$ 500 permitidos. Caso minta e seja flagrado, terá que pagar multa (Medida Provisória)
- 25. Redução da isenção das compras realizadas em Duty Free para US\$ 300 nos próximos dois anos**
 - Com a redução do limite de US\$ 500 para US\$ 300, o Governo espera arrecadar mais R\$ 20 milhões em 1998 (Medida Provisória)
- 26. Fim da isenção para entidades educacionais, instituições de saúde e entidades de prática desportiva**
 - Todos como sem fins lucrativos, escolas, hospitais e clubes terão que pagar imposto, caso tenham lucro (Medida Provisória)
- 27. Redução dos incentivos setoriais e regionais (como o Fundo do Nordeste e o da Amazônia) em 50% e redução dos incentivos à informática**
 - Governo estima arrecadar mais R\$ 550 milhões (Medida Provisória)
- 28. Imposto sobre Produto Industrializado (IPI)**
 - Aumento imediato do imposto sobre automóveis e bebida e revisão de toda a tabela do IPI. Com isso, a arrecadação deverá crescer em R\$ 800 milhões (Medida Provisória)

- 29. Estabelecimento de normas para tornar mais efetivo o processo de valoração aduaneira.**
 - O objetivo é criar regras de valoração para combater o sub-faturamento de bens importados. Assim, seria estabelecida competição mais leal entre importados e bens nacionais. O Brasil é um dos últimos países a adotar um modelo de valoração aduaneira (decreto presidencial)
- 30. Revisão da legislação de contribuições sociais**
 - O Governo quer que instituições financeiras e empresas da área imobiliária paguem os mesmos percentuais de contribuição social que as demais (projeto de lei complementar)
- 31. Agência de combate à lavagem de dinheiro**
 - A proposta do Governo é solicitar aos líderes do Congresso que votem em regime de urgência urgentíssima o projeto de lei que cria uma organização formada por integrantes da Polícia Federal, Receita Federal e Banco Central para combater lavagem de dinheiro e crimes conexos
- 32. Regime especial de dividendos para os bancos oficiais em 1996, 97 e 98**
 - Será elevado de 25% para 100% o valor dos dividendos que os bancos oficiais repassarão ao Tesouro já a partir deste ano. O dinheiro será usado para resgate da dívida pública. O ganho esperado é de R\$ 1 bilhão em 98 (decreto presidencial)
- 33. Reforço dos instrumentos de garantia do crédito tributário**
 - Será instituída a penhora administrativa de bens nos casos em que o lançamento de tributos corresponde à parcela significativa do patrimônio declarado do contribuinte. Os processos fiscais serão qualificados de tal forma a dar maior agilidade nos julgamentos administrativos. Também serão criadas novas regras para emissão e controle de documentos fiscais, com informações que melhorem a constituição de crédito tributário. Tudo isso será feito para melhorar a fiscalização.



SETOR EXTERNO

- 34. Fundo de aval para pequenas e médias empresas**
 - O Governo vai criar, com recursos das contas inativas do sistema bancário, um fundo garantidor de empréstimos concedidos a pequenas e médias empresas que queiram exportar. O fundo deverá contar com R\$ 300 milhões, o que permite garantir financiamento global de até R\$ 2,8 bilhões (Medida Provisória)
- 35. Permissão de contratação de operações de ACC para produtores de insumos**
 - As empresas que fornecem produtos para empresas exportadoras poderão fazer operações de Antecipação de Contrato de Crédito (Medida Provisória)
- 36. O BNDES vai operar até R\$ 400 milhões de recursos do Proex**
 - O BNDES vai gerenciar diretamente essa parcela de recursos do Proex para equalização de taxas de juros nos financiamentos à exportação
- 37. Regulamentação do seguro de crédito**
 - Será baixado um decreto presidencial para regulamentar o seguro de crédito à exportação, que ainda não saiu do papel por falta de regras (decreto)
- 38. Isenções tributárias**
 - O Governo manterá isenções de impostos para remessas ao exterior decorrentes de contratos de exportações e captação de recursos (Medida Provisória)



ESTADOS E MUNICÍPIOS (R\$ 2 BILHÕES)

- 39. Redefinição dos limites de concessão de crédito aos estados e municípios**
 - O Governo pretende eliminar parcialmente as contratações de Antecipação de Receita Orçamentária (AROs) pelos estados. Na medida em que a Caixa Econômica Federal for adquirindo as AROs feitas com o sistema bancário, os estados não poderão contratar novas operações com o setor privado. Além disso, o setor financeiro só poderá emprestar para os estados e municípios dentro do limite de endividamento que existia em 30 de setembro de 1997. A economia prevista em 1998 é de R\$ 2 bilhões (resolução do CMN)
- 40. O Governo federal só vai conceder empréstimos de saneamento de bancos estaduais que forem destinados à privatização, liquidação ou transformação em agência de fomento**
 - Até agora, o Governo emprestava 50% da necessidade de recursos para saneamento, caso o estado quisesse manter o banco (Medida Provisória)
- 41. Proibição de concessão de empréstimos por parte de instituições financeiras oficiais a estados que não tenham contrato assinado com a União e que necessitem de ajuste fiscal**
 - Os bancos oficiais federais e a CEF ficam proibidos de conceder empréstimos para estados que não tenham assinado acordo de rolagem de dívida com a União e necessitem de programas de redução de déficit (decreto presidencial)
- 42. Assinatura de contratos de refinanciamento sem concessões adicionais**
 - Os estados deverão assinar seu contratos de rolagem de suas dívidas sem qualquer benefício além dos que já foram concedidos aos demais estados que já fecharam os acordos



EMPRESAS ESTATAIS (R\$ 5,7 BILHÕES)

- 43. Elevação de receitas**
 - O Governo vai aumentar o preço dos combustíveis em 5% ainda esta semana. Nos próximos 12 meses também serão elevadas as demais tarifas públicas, em percentuais ainda a serem definidos, nas datas de aniversário. Com isso, as estatais terão um ganho de receita de R\$ 1,8 bilhão em 1998 e o Tesouro receberá mais R\$ 600 milhões em impostos e R\$ 300 milhões em dividendos (portarias)
- 44. Redução de gastos**
 - As estatais deverão cortar o equivalente a R\$ 900 milhões nas despesas de custeio, com redução de pessoal e demissões. Ficam proibidas novas contratações (decreto presidencial)
- 45. Consultoria para criação de um programa de administração de imóveis da União e da Rede Ferroviária Federal**
 - O Conselho Nacional de Desestatização vai contratar uma empresa de consultoria para que prepare um projeto de como administrar os bens da União e da Rede, como prédios e outros (decreto presidencial)
- 46. Inclusão do Instituto de Resseguros do Brasil e de rodovias no programa de privatização**
 - O Instituto de Resseguros do Brasil e rodovias federais como a Fernão Dias, São Paulo-Curitiba, Feira de Santana-Salvador e Anápolis-Goiânia serão privatizadas
- 47. Novas regras para acelerar a privatização dos serviços de saneamento**
 - O Governo pretende pedir urgência na votação de uma lei de regulamentação da exploração dos serviços de saneamento. A maior parte dessas empresas são estaduais, mas sua privatização depende de regulamentação
- 48. Cortes de investimentos das estatais**
 - As empresas públicas deverão cortar o equivalente a R\$ 2,1 bilhões em investimentos, mas o Governo garante que sua produtividade não será afetada, porque haverá projetos executados em associação com o setor privado. Serão cortados R\$ 1 bilhão da Elebrás, R\$ 900 milhões da Petrobras e R\$ 200 milhões nos correios e portos (decreto presidencial)
- 49. Colocação no exterior de recebíveis da Eletrobrás**
 - O Ministério de Minas e Energia, junto com o BNDES, vai lançar papéis no mercado externo com lastro em créditos da Eletrobrás
- 50. Redução no limite de endividamento das estatais**
 - O Conselho Monetário Nacional vai aprovar uma resolução impondo novas restrições para a contratação de dívidas de empresas públicas
- 51. Estabelecimento de metas de depósito para as empresas estatais federais**
 - O objetivo é melhorar o controle fiscal sobre o dinheiro das estatais que fica no Banco Central